

# Terra Negra Brasil: desafios e equidade no meio rural

---

*Joana Célia dos Passos*

Doutora e Mestre em Educação – UFSC.  
Pesquisadora em Educação e Relações Raciais.  
Coordenadora Geral do Núcleo de Estudos Negros.  
E-mail: passos.jc@gmail.com

*Tânia Tomázia do Nascimento*

Doutoranda em Quaternário Materiais e Culturas – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)/ Portugal.  
Mestre em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre - *Erasmus Mundus Master Quaternary and Prehistory* – Instituto Politécnico de Tomar (IPT/UTAD) e *Università degli Studi di Ferrara* (UNIFE) Itália. Pesquisadora associada do Instituto Terra e Memória. Colaboradora do Núcleo de Estudos Negros no Projeto Terra Negra Brasil.  
E-mail: taniatomazia@yahoo.com.br



# Terra Negra Brasil: desafios e equidade no meio rural

E acredito, acredito sim que os nossos sonhos protegidos pelos lençóis da noite  
ao se abrirem um a um no varal de um novo tempo  
escorrem as nossas lágrimas fertilizando toda a terra  
onde negras sementes resistem reamanhecendo esperanças em nós.

*Conceição Evaristo*

A presente publicação integra o projeto “Desenvolvimento de ações para o fortalecimento das relações étnico-raciais no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário”, realizado em parceria entre o Núcleo de Estudos Negros (NEN) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Esse projeto deriva de uma inquietação que veio sendo constatada pelo NEN desde os anos de 1990, quando do Diagnóstico Situacional das Comunidade Negras Rurais de Santa Catarina (NEN, 2009). Percebeu-se que, além das desigualdades raciais já combatidas, a população negra rural pouco tinha de informações ou acesso às políticas públicas.

Diante do cenário empírico decorrente desse diagnóstico, inúmeras atividades destinadas à população negra rural foram propostas e realizadas pelo NEN, que de forma sistemática buscou, por meio de seminários destinados à sociedade civil, poder público e comunidade acadêmica, sensibilizar para a situação de abandono em que se encontravam as comunidades negras rurais e remanescentes de quilombos em SC. O desenvolvimento de projetos de educação e formação profissional destinados à população negra, especialmente a rural, foi fundamental para identificar as potencialidades de geração de emprego e renda, e também as dificuldades em viver com qualidade social no meio rural.

Os esforços centrados acabaram por originar, em 2004, uma proposta destinada ao poder público, por intermédio da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do MDA, com o intuito de potencializar o acesso das populações negras rurais à aquisição de terra. Aprovado o projeto, nascia mais uma vertente da política pública destinada à população negra, o Selo Terra Negra Brasil, cujo objetivo é promover a igualdade racial no campo, através do estímulo ao acesso à propriedade rural por famílias negras, na busca pela cidadania e consolidação da identidade no campo.

O Selo Terra Negra Brasil amplia a dimensão do debate sobre o campo brasileiro, ainda limitado quando o assunto são as populações negras rurais, em destaque as populações negras rurais não quilombolas, que são alcançadas por poucas políticas públicas, vivendo no limiar da invisibilidade, o que expõe a falta de informações sobre elas.

Inicia-se, então, um diálogo de cooperação com o objetivo principal de:

Desenvolver metodologias e executar ações formativas junto às Unidades Técnicas Estaduais, Rede de Apoio, potenciais beneficiários e organizações civis, de modo a ampliar, fortalecer e potencializar a participação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais negros e negras não quilombolas no Programa Nacional de Crédito Fundiário por meio do Selo Terra Negra Brasil. (NEN, 2009, p. 8.)

Isso conflui, hoje, entre outros, com a publicação do presente livro, cujo principal intuito é lançar fagulhas e subsidiar um debate ainda incipiente no âmbito da política pública, da academia e do movimento social: quem são as populações negras rurais não quilombolas, os trabalhadores negros e negras, as famílias negras no extensivo universo da agricultura familiar? Como vivem? Qual sua distribuição espacial? Quais atividades desenvolvem? Que políticas públicas são efetivamente acessadas por elas? Em que condições

essas populações têm acesso à terra? Quais suas formas de organização? Como foram historicamente (re)tratadas pela historiografia corrente? Como significam e ressignificam seus espaços de atuação? Qual sua importância para o desenvolvimento do meio rural brasileiro? Estas estão entre tantas outras perguntas que poderiam ser aqui formuladas. Longe de responder a todas elas, damos um primeiro passo e reiteramos a necessidade de um olhar atencioso sobre o negro no meio rural brasileiro.

É certo que em 2010, 122 anos após o fim da legitimação oficial da escravatura, o exercício de liberdade ainda continua, é preciso quebrar grilhões e vencer a invisibilidade com que a desigualdade tem sido tratada em cenário nacional. Diante da constatação de que:

Todos os indicadores sociais, sejam do Governo Federal (IPEA, IBGE) ou de institutos e agências de pesquisa da sociedade civil, são categóricos em apontar as desigualdades sócio-raciais como a principal causa da pobreza, indigência e um dos fortes motivos para a redução do Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil, na medida em que o acesso a educação, saúde e saneamento básico, os pilares da qualidade de vida, são mais difíceis nas áreas rurais, concluímos que é necessário ter um forte compromisso com as ações que transformem esta realidade. (NEN, 2009, p. 5)

As demandas, os marcos legais, os atores sociais e áreas de reivindicações mudam com o tempo, do Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos escravos durante o tempo em que se conservaram levantados (c.1789) (REIS; SILVA, 1989) à marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, longa e lenta tem sido a caminhada. Mas as comunidades tradicionais estão resistindo. Os trabalhadores rurais negros e negras resistem, com seus saberes, com seu trabalho, com suas culturas. Essa resistência é cultural, identitária e étnica.

Cabem ainda aqui duas menções: a primeira, um agradecimento ao diálogo iniciado com a realização do projeto aci-

ma referido, a parceria e colaboração de participantes do movimento negro em âmbito nacional, as conversas realizadas em reuniões regionais com os organismos estaduais e federais de governo e, em destaque, o contato direto com os potenciais beneficiários do Selo TNB reforçam nossas prerrogativas iniciais e nos dão a certeza de que estamos no caminho certo na busca pela equidade no campo. Não se trata mais de uma opção a se discutir, e sim de um direito a ser assegurado.

Em segundo lugar, gostaríamos de deixar registrado que, embora o presente livro seja assinado pelas organizadoras, por uma questão didática e executiva, a construção *per se* foi uma ação coletiva, pois cada autor e autora aqui presente teve um papel ativo e importante nas diversas fases em que discutimos como potencializar o Selo, de forma que várias foram as discussões, algumas aclamadas, pautadas pela Pedagogia Multirracial e Popular, há tanto já apregoada pelo NEN:

[...] que têm como eixo a educação para as relações étnico-raciais na ótica dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável. A finalidade formativa refere a homens e mulheres negros (as) como sujeitos de suas próprias histórias, com cidadania ativa, participantes da construção de uma sociedade mais democrática, solidária, justa e igualitária. (PASSOS; SILVA, 2010, p. 74)

Assim sendo, os textos: **Desenvolvimento, terra e identidade negra no meio rural**, de João Carlos Nogueira, **Raízes negras no campesinato brasileiro**, de Marcos Rodrigues Silva, e **Desenvolvimento rural no Brasil e desigualdades raciais**, de Joana Célia dos Passos e Vilênia Venâncio Porto Aguiar, foram produzidos exclusivamente a partir das demandas surgidas nas oficinas de desenvolvimento metodológico e nas reuniões técnicas oriundas deste projeto.

O texto **Reflexos da diáspora africana no Brasil**, de Marcos Rodrigues da Silva, reeditado aqui, tendo em vista sua

importância, atualidade e inacessibilidade, já que a obra original encontra-se esgotada (NOGUEIRA, 2001), faz uma reflexão histórica sobre a “ascendência e a descendência africana” presente em nossa realidade pluricultural, plenamente marcada por essa ancestralidade africana.

Iniciando por uma análise contextual da realidade africana, o autor pontua como conceitos outrora utilizados na África, como escravidão, são adulterados a partir do processo de expansão colonial. Discorre sobre as consequências dessas adequações conceituais ao plano prático: o modelo de colonização europeia ao continente africano - a partilha da África - e seu processo de legitimação nos planos político, econômico, religioso e moral.

E conclui com reflexões sobre a realidade brasileira, advertindo que, para o reconhecimento e a valorização das comunidades afro-brasileiras, é importante conhecer “a história da composição dos grupos populacionais” africanos, numa busca identitária de onde viemos e no reconhecimento dos valores significativos do povo africano ao processo de formação da população brasileira.

No texto **Desenvolvimento, terra e identidade negra no meio rural**, João Carlos Nogueira começa por questionar o caráter passivo, quase mítico, do negro enquanto mercadoria, apenas mão de obra, descaracterizada de contribuição, no qual muitas vezes somos levados a crer, por uma postura conservadora de expor o processo histórico de formação da realidade rural brasileira.

Longe disso, o que o autor mostra nesse texto é uma forte afinidade da população negra com a terra, numa simbiose ativa de aplicação do já conhecido, em seu contexto africano, ao cenário brasileiro e suas adaptações diante de uma nova realidade. A partir de uma leitura de “ressignificação

de um novo ambiente coletivo”, novas teias de valores e costumes forjam uma identidade negra, que tem a terra, a natureza e seus significados como vetores.

O autor expõe o processo de formação histórica que legitimou a expropriação do direito e reconhecimento dessa ligação entre o povo negro e a terra, através dos mecanismos estatais de legitimação e conclui com os desafios que hoje se apresentam, após séculos de silêncio consentido, de promover a igualdade racial no campo.

Em **Raízes negras no campesinato brasileiro**, a partir de uma abordagem histórica que tem como protagonista o negro e suas contribuições ao modo de ser e viver no meio rural, Marcos Rodrigues da Silva começa avaliando a contribuição negra a partir da construção do projeto de exploração da Empresa Colonial, que por três séculos utilizou a mão de obra escrava como base de suas atividades.

Num tom de contestação e demonstração de reconhecimento, o autor, mais que expor, distingue e interroga: onde estavam os negros enquanto atores sociais nas mais diversas etapas de formação de nossa história nacional? Numa advertência à idealização da escravidão, que por muito tempo encobriu a verdadeira aura de contestação e participação que os atores sociais negros protagonizam na história deste país.

De forma leve e contundente, a partir de sua leitura, somos levados a nos indagar onde mais podemos reconhecer e valorizar a participação negra no processo de construção do que hoje chamamos Brasil. Mais que indicador de caminhos, é um texto que instiga novas abordagens, leituras e olhares, diante de tudo que ainda precisamos rever na historiografia tradicional por tanto tempo imposta como caminho único de conhecimento.



E, por fim, no artigo **Desenvolvimento rural no Brasil e desigualdades raciais**, Joana Célia dos Passos e Vilênia Venâncio Porto Aguiar trazem como desafio debater elementos de reflexão, na análise e na compreensão da conjuntura do que chamamos projetos de desenvolvimento e projeto de nação, tendo como diferencial a visualização do processo de exclusão racial inserido nesses projetos e as possibilidades de novas perspectivas a partir de “um desenvolvimento rural sustentável capaz de contribuir para a redução das desigualdades”.

As autoras mostram, a partir de uma reflexão histórica, com enfoque no desenvolvimento e nas questões raciais, a construção de um modelo hegemônico de desenvolvimento pautado no “progresso” e no “crescimento econômico”, e as incoerências conjugadas a esse modelo. Contrapõem o exposto com uma exposição dos auspícios de contestação ao modelo predominante e apresentam as novas possibilidades de desenvolvimento advindas desse debate.

Configuram os tópicos centrais entre as duas visões ou modelos de desenvolvimento rural que atualmente disputam espaço e conclamam que a ênfase entre um ou outro modelo “dependerá da capacidade dos movimentos sociais rurais em criar estratégias de mobilização”, pois, afinal, estamos em constante disputa.

Finalmente, disponibilizamos **Anexo: o Selo Terra Negra Brasil**, elaborado pelo NEN a partir do presente projeto, com o objetivo de socializar informações precisas sobre o Selo Terra Negra Brasil e suas formas de acesso.

**Boa leitura reflexiva!**

## Referências

NÚCLEO DE ESTUDOS NEGROS- NEN. **Revista Pedagogia da Vida**. Florianópolis, 2001.

\_\_\_\_\_. **Projeto técnico**: desenvolvimento de ações para o fortalecimento das relações étnico-raciais no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Florianópolis, 2009.

NOGUEIRA, J. C. (Org.). **História do trabalho e dos trabalhadores negros no Brasil**. São Paulo: CUT, 2001.

PASSOS, J. C.; SILVA, V. B. M. Contribuições do Núcleo de Estudos Negros na construção e formulação da Pedagogia Multirracial e Popular. In: NOGUEIRA, J. C.; PASSOS, J. C.; SILVA, V. B. M. **Negros no Brasil: política, cultura e pedagogias**. Florianópolis: Atilênde, 2010.

REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.